

## ARTIGOS

Submetido 23-12-2020. Aprovado 20-04-2021. Avaliado pelo processo de *double blind review*. Editor Científico: Felipe Gonçalves Brasil  
DOI: <https://doi.org/10.12660/cgpc.v27n86.82951>

# OBSERVATÓRIOS SOCIAIS E DESIGUALDADES NO BRASIL: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA E DESCRITIVA

*Social Observatories and inequalities in Brazil: An exploratory and descriptive analysis*

*Observatorios sociales y desigualdades en Brasil: Un análisis exploratorio y descriptivo*

Mariana Mazzini Marcondes<sup>1</sup> | [mariana.mazzini.m@gmail.com](mailto:mariana.mazzini.m@gmail.com) | ORCID: 0000-0003-0701-6630

Maria Arlete Duarte de Araújo<sup>1</sup> | [mariaarlete1956@gmail.com](mailto:mariaarlete1956@gmail.com) | ORCID: 0000-0002-4137-4266

Washington José de Souza<sup>1</sup> | [wsufrn@gmail.com](mailto:wsufrn@gmail.com) | ORCID: 0000-0001-6295-2806

Gabriellen Kariny da Silva Monteiro<sup>1</sup> | [gaby\\_e\\_grazi@hotmail.com](mailto:gaby_e_grazi@hotmail.com) | ORCID: 0000-0002-0540-7286

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de Políticas Públicas, Natal, RN, Brasil

## RESUMO

O objetivo deste artigo é sintetizar resultados de pesquisa exploratória e descritiva sobre observatórios sociais, realizada como subsídio à criação de um observatório de desigualdades em uma universidade brasileira. Entendemos os observatórios sociais como mecanismos que produzem, difundem e “traduzem” informações, instrumentalizando a participação e o controle social contribuindo, assim, para qualificar ações públicas, inclusive para o enfrentamento das desigualdades. A pesquisa, realizada com base, principalmente, em artigos e documentos, abrangeu duas etapas. Na primeira, construímos um panorama da produção científica sobre observatórios sociais no Brasil, por meio da revisão sistemática de 23 artigos científicos, indexados ao SciELO e Spell (2010-2020). Na segunda, investigamos 56 observatórios, majoritariamente brasileiros. Como principais resultados, identificamos, primeiramente, a inexistência ou incipiência de uma agenda de pesquisa sobre o tema. Na análise de experiências, descrevemos os seguintes elementos estruturais: 1) temas e tipos; 2) origem, parcerias e financiamentos; 3) objetivos, resultados esperados e produtos. Em relação a boas práticas, destacamos: 1) produção e difusão de informações (incluindo indicadores e metodologias de monitoramento); 2) “tradução” de informações para a linguagem popular e cidadã; 3) construção e consolidação de redes (incluindo estratégias participativas de governança). A pesquisa dos casos confirma o que a literatura destaca a respeito dos observatórios sociais: funcionam como ferramentas para a participação e o controle social, independentemente da origem, parcerias, tipos, temas e objetivos.

**Palavras-Chave:** observatórios sociais, observatório de desigualdades, participação e controle social, acesso à informação, políticas públicas.

## ABSTRACT

This article aims to synthesize the results of an exploratory and descriptive analysis of social observatories. This research was conducted to support a social observatory of inequalities, created in a Brazilian public university. We understand social observatories as mechanisms that produce, diffuse, and “translate” information, contributing to social participation and control. Therefore, they are also able to contribute to improving public action, including those towards inequalities. Drawing on articles and document analysis, the research embraced two stages. Firstly, we built an overview of scientific production on social observatories in Brazil, based on a systematic review of 23 scientific articles, indexed to SciELO and Spell (2010-2020). Secondly, we researched 56 observatories, mainly Brazilians. As main results, first, the inexistence or incipience of a research agenda on the theme was identified. Through the analysis of experiences, we described the following structural elements: 1) themes and types; 2) origin, partnerships, and financing; 3) objectives, expected results, and products. Concerning the best practices, the highlights were: 1) production and dissemination of information (e.g., indicators and monitoring methodologies); 2) “translation” of information into popular and citizen language; 3) building and consolidating networks (including participatory governance strategies). The research on the cases confirms what the literature highlights about social observatories: they work as tools to participation and social control, regardless of origin, partnerships, types, themes, and objectives.

**Keywords:** social observatories, inequalities observatory, participation and social control, information access, public policy.

## RESUMEN

El propósito de este artículo es sintetizar los resultados de una investigación exploratoria y descriptiva acerca de observatorios sociales, realizada para apoyar la creación de un observatorio de desigualdad en una universidad brasileña. Entendemos los observatorios sociales como mecanismos que producen, difunden y “traducen” información, instrumentalizando la participación y el control social y, así, contribuyen a calificar las acciones públicas, incluida la lucha contra las desigualdades. La investigación, basada en análisis de artículos y documentos, se llevó a cabo en dos etapas. En la primera, construimos un panorama de la producción científica sobre los observatorios sociales en Brasil, basada en la revisión sistemática de 23 artículos científicos, indexados a SciELO y Spell (2010-2020). En la segunda, investigamos 56 observatorios, en su mayoría brasileños. Como principales resultados identificamos, en primer lugar, la inexistencia o incipencia de una agenda de investigación acerca del tema. En el análisis de experiencias, describimos los siguientes elementos estructurales: 1) temas y tipos; 2) origen, alianzas y financiamiento; 3) objetivos, resultados esperados y productos. Acerca de las buenas prácticas, destacamos: 1) producción y difusión de información (incluyendo indicadores y metodologías de seguimiento); 2) “traducción” de información al lenguaje popular y ciudadano; 3) construcción y consolidación de redes (incluidas estrategias de gobernanza participativa). La investigación de los casos confirma lo que la literatura apunta sobre los observatorios sociales: funcionan como herramientas de participación y control social, independientemente de su origen, alianzas, tipos, temas y objetivos.

**Palabras clave:** observatorios sociales, observatorio de las desigualdades, participación y control social, acceso a la información, políticas públicas.

## INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 (CF-88) incorporou à administração pública brasileira um capítulo decisivo da institucionalização da participação social, enquanto uma gramática da democratização do Estado (Farah, 2000; Cohn, 2003; Souza & Silva, 2017). Nas décadas seguintes, a instituição de políticas inovadoras, com redução de desigualdades, foi vinculada à ideia de sociedade civil atuante, que reivindica, apresenta propostas concretas e participa da gestão das políticas, como ilustra o caso do Sistema Único de Saúde (SUS) (Cohn, 2003).

A partir da década de 1990, um novo capítulo emergiu na história da administração pública brasileira, marcado pelo que Dagnino (2004) denomina de confluência perversa entre dois projetos políticos: o primeiro, cristalizado na CF-88, de caráter inclusivo; e o segundo, de caráter neoliberal, reproduzidor de desigualdades. Os efeitos foram contraditórios. Por um lado, concorreu para a despolíticação da sociedade civil, por meio de sua “ONGnização” (Dagnino, 2004). Por outro, a transparência e *accountability* foram impulsionadas pelo acesso à informação. Essa, por sua vez, decorreu da combinação de fatores como ampliação da escolarização e emergência de novas tecnologias (Queiroz, 2017; Dias, Sano, & Medeiros, 2019). Ademais, governos subnacionais tornaram-se importantes laboratórios de práticas participativas inovadoras (Farah, 2000; Souza & Silva, 2017).

Na virada do século XXI, a gramática da participação social fortaleceu-se com as gestões petistas em nível federal (Avritzer, 2012; Abers, Serafim, & Tatagiba, 2014). Nesse período, surgiu também a noção de Governo Aberto, impulsionada pela *Open Government Partnership*, cuja criação contou com a colaboração decisiva do governo brasileiro (Dias, Sano, & Medeiros, 2019). Esses processos contribuíram para democratizar o projeto de inclusão efetivado por esses governos. Em 2016, o golpe contra a presidente Dilma Rousseff tornou errática a trajetória da participação social, agravada pelo governo Bolsonaro a partir de 2019.

Durante essas últimas quatro décadas, ainda que com descontinuidades e diferenças entre os períodos, instâncias e mecanismos de participação social (análogos ou digitais) foram instituídos e fortalecidos, contribuindo para construir uma agenda política em torno das desigualdades. São exemplos os conselhos de políticas públicas, conferências, orçamentos participativos, audiências públicas e observatórios (Avritzer, 2012; Abres, Serafim, & Tatagiba, 2014; Souza & Silva, 2017). Os observatórios podem ser compreendidos como mecanismos de sistematização de conhecimentos e de acesso à informação (Soares, Ferneda, & Prado, 2018), que instrumentalizam a participação e o controle social (Aguiar, 1999; Madsen & Resende, 2010). Dessa forma, eles concorrem para a qualificação da gramática da participação social, subsidiando a promoção de ações públicas em relação aos mais diversos problemas sociais, a exemplo das desigualdades.

A despeito da importância dos observatórios, há muitas indefinições em relação ao tema (Soares, et al., 2018). Não há uma agenda de pesquisa robusta sobre eles, nem inventários sistêmicos de experiências concretas (Beuttenmuller, 2007). Foi com esse cenário que nos deparamos ao iniciar uma pesquisa para subsidiar a criação de um observatório das desigualdades em uma universidade pública brasileira. É esse o contexto do presente artigo, cujo propósito é sintetizar os resultados dessa investigação, exploratória e descritiva, por meio da qual refletimos

acerca da produção de conhecimento sobre observatórios sociais no Brasil e, ainda, inventariamos experiências no país e em outras localidades.

Nosso percurso envolveu duas etapas. Na primeira, com o propósito de conhecermos o estado da arte (Soares, et al., 2018) sobre observatórios sociais no Brasil, realizamos revisão sistemática de 23 artigos científicos, publicados no período de 2010 a 2020 e disponibilizados no *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e no *Scientific Periodicals Electronic Library* (Spell). Na segunda, examinamos 56 experiências de observatórios sociais no Brasil e no mundo, com base nos artigos revisados na primeira etapa, complementados por análise documental. Nesse momento, descrevemos origem, financiamento, tipos, temas, objetivos, produtos e boas práticas.

Estruturamos nossa narrativa em seis partes, para além desta introdução. Na segunda, apresentamos um panorama sobre os observatórios sociais, incluindo definições preliminares e sua relação com as desigualdades. Na terceira seção, detalhamos o percurso metodológico. Na quarta, revisamos a produção científica sobre observatórios sociais brasileiros. Os resultados do mapeamento das experiências compõem a quinta parte. Na seção final, produzimos uma síntese do percurso e dos resultados, identificando limitações da presente pesquisa e possibilidades para investigações futuras.

## **OBSERVATÓRIOS SOCIAIS E DESIGUALDADES: CONTEXTUALIZAÇÃO E DEFINIÇÃO**

A noção de observatório associada à produção de informações para o debate público envolve uma diversidade de concepções, desafiando a sistematização do conhecimento, conforme aponta revisão da literatura efetuada por Soares, et al. (2018). Apesar desse fato, um denominador comum é a associação dos observatórios à produção e ao uso de informações para a tomada de decisões, podendo contribuir para qualificar a gestão pública, a participação e o controle social (Soares, et al., 2018).

A associação dos observatórios à gramática de participação social, nos planos internacional, nacional e subnacional, remete ao cenário político-econômico da década de 1990, como assinalam Madsen e Rezende (2010). Esse cenário envolveu um conjunto de fatores, tais como: 1) compromissos internacionais com metas e objetivos para enfrentamento das desigualdades e da pobreza, demandando monitoramento; 2) ampliação e difusão da Internet e de recursos digitais, beneficiando estratégias de ação e comunicação em redes; 3) intensificação das relações intergovernamentais e entre governos e sociedade civil, como requisito de reformas do Estado. Assim, o uso de informações para a ação social tornou-se estratégica, inclusive para articular redes internacionais (Aguiar, 1999; Paim & Santos, 2018).

Em nível internacional, uma das primeiras experiências a aliar informação à ação social foi o *Social Watch*, uma rede criada em 1995, composta por mais de cem entidades da sociedade civil, distribuída em 50 diferentes países (Aguiar, 1999). Essa rede surgiu para monitorar o cumprimento de compromissos internacionais pelos estados nacionais (Madsen & Resende, 2010). Como observa Beuttenmuller (2007), a Organização das Nações Unidas (ONU) igualmente contribuiu para

difundir os observatórios, enquanto boas práticas de uso de informações para a democratização da gestão pública. Como exemplos, o autor menciona o *Global Urban Observatory (GUO)*, criado pela *Onu-Habitat*, em 1997, e a Rede Internacional de Observatórios em Política de Cultura, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) também incorporou referências aos observatórios para avaliar avanços na gestão de informação pelos estados nacionais, como se depreende do *Informe Regional de Desarrollo Humano 2013-2014 Seguridad Ciudadana con rostro humano: diagnóstico y propuestas para América Latina* (PNUD, 2013).

Essas experiências internacionais vão ao encontro do que Siqueira e Carvalho (2003) identificaram, ao analisarem sete observatórios dos continentes americano e europeu, como duas principais tendências: 1) criação de espaços virtuais para produzir e difundir informações para incidir sobre o debate público; 2) organização de redes e fóruns para articulação de ação coletiva.

Também no Brasil, segundo Beuttenmuller (2007), os primeiros observatórios surgiram na década de 1990, ligados à sociedade civil, à academia ou fruto da parceria entre ambas. O Observatório da Cidadania foi criado em 1995, no contexto de constituição do *Social Watch* (Beuttenmuller, 2007). Também na mesma década surgiu o Observatório das Metrôpoles. Ainda segundo o autor, os primeiros observatórios governamentais despontaram nos anos 2000, para conferir transparência às ações estatais (Beuttenmuller, 2007). Desde então, essas iniciativas difundiram-se no Brasil em todos os níveis federativos, envolvendo distintas temáticas, desenhos institucionais, parcerias, estruturas de governança e objetivos.

Tendo em vista este contexto, compreendemos observatórios como mecanismos dotados de algum nível de autonomia e que têm como objetivo produzir, difundir e “traduzir” informações sobre problemas públicos e/ou políticas, programas ou projetos de interesse público (Aguiar, 1999; Beuttenmuller, 2007). Ao subsidiarem acesso à informação, promovendo transparência, os observatórios instrumentalizam a participação e o controle social, tornando-se mecanismos de “tradução” e de adequação de linguagem técnica e acadêmica, para a linguagem popular e cidadã.

À medida que qualificam a participação e o controle social com informações, os observatórios também se tornam instrumentais de construção de uma agenda política de enfrentamento das desigualdades, em suas múltiplas expressões e articulações (classe, raça, gênero/sexualidade, territorial, regional, urbano/rural, etc.). É nessas bases que compreendemos os observatórios de desigualdades como espécie do gênero observatórios sociais, sendo esses voltados a problemas e ações sociais de maneira ampla, em suas múltiplas dimensões (histórica, socioeconômica, política, cultural).

Não há uma definição consolidada sobre observatórios sociais na literatura. Recorrentemente, o termo é utilizado no Brasil para designar uma iniciativa surgida em 2006: a Rede de Observatórios Sociais do Brasil (OSB). De acordo com Sager e Bossi (2017), a Rede OSB abrange cerca de cem iniciativas, tendo como foco a cidadania fiscal, com ênfase no monitoramento da aplicação de recursos públicos, na transparência e no combate à corrupção (Sager & Bossi, 2017; Queiroz, 2017). Assim, a terminologia observatório social é frequentemente associada a essa experiência

específica, ainda que ela tenha potencial para classificar diferentes iniciativas, e, até mesmo, operar como categoria analítica.

## PERCURSO METODOLÓGICO

Como observa Beuttenmuller (2007), há forte dispersão dos dados sobre observatórios. Portanto, esforços de sistematização do conhecimento sobre observatórios sociais são relevantes, ainda que exploratórios e descritivos. São ilustrativas as contribuições de Soares, et al. (2018), enfocando observatórios em geral, e as de Paim e Santos (2018), com os observatórios da saúde.

Inicialmente, o propósito de nossa pesquisa era sistematizar apenas observatórios declaradamente voltados às desigualdades. Entretanto, não identificamos artigos nacionais com esse foco e, ainda, encontramos poucas experiências práticas. Por outro lado, constatamos a existência de iniciativas que implicitamente abordavam desigualdades, ainda que sem denominá-las. Assim, ampliamos a busca para incorporar observatórios sociais, entendendo que eles abrangem problemas e ações sociais associadas às desigualdades, em maior ou menor medida.

Com base nessas definições iniciais, realizamos uma investigação exploratória e descritiva (Sampieri, Collado, & Lucio, 2006) de observatórios sociais, com especial ênfase nas desigualdades. O caráter exploratório justifica-se pela necessidade de identificação de concepções e padrões frente à dispersão do conhecimento no tema. Já os esforços descritivos visaram a sistematizar esse conhecimento exploratório, inclusive para subsidiar pesquisas futuras.

A pesquisa foi realizada em duas etapas. Na primeira, traçamos um panorama da produção científica sobre observatórios sociais no Brasil e, na segunda, descrevemos experiências práticas no país e em outras localidades. A primeira etapa contou com uma revisão sistemática de artigos científicos (Sampaio & Mancini, 2007) a fim de identificar o estado da arte no Brasil (Soares et al., 2018). Para tanto, incorporamos artigos científicos de dois repositórios digitais: SciELO e Spell. O primeiro reúne artigos de múltiplas áreas do conhecimento, enquanto, o segundo, se restringe à área de administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo.

No SciELO, selecionamos a Coleção Brasil (e excluímos um artigo que, ainda que brasileiro, enfocava exclusivamente a experiência italiana), restringindo a busca às áreas das Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas. Isso porque o propósito de sistematização de informações era subsidiar a criação de um observatório de desigualdades, vinculado ao campo de públicas, especificamente à administração pública. Em relação ao recorte temporal, restringimos as buscas ao período de 2010 a 2020, uma vez que artigos relativos ao tema em períodos anteriores eram mais escassos, e nosso interesse era especialmente no debate sobre desigualdades e problemas/ações sociais no Brasil atual.

Os descritores utilizados foram aplicados aos resumos dos artigos, com os seguintes resultados, respectivamente: 1) observatório e social – Spell (08) e SciELO (24); 2) observatórios e sociais – Spell (04) e SciELO (01); 3) observatório e desigualdade – Spell (0) e SciELO (0); 4) observatório e gênero – Spell (0) e SciELO (0); 5) observatório e juventude – Spell (0) e SciELO (0); 6) observatório e direitos humanos – Spell (0) e SciELO (0); 7) observatório e

raça/racial – Spell (0) e SciELO (0). Reunimos, assim, 37 itens – 25 no SciELO e 12 no Spell (excluindo-se as duplicidades, que foram harmonizadas de modo equitativo na atribuição da base). A coleta foi feita em 6 de abril de 2020.

A partir da leitura do resumo dos artigos, uma nova filtragem excluiu artigos não relacionados ao escopo da investigação. Foram duas as hipóteses de exclusão: 1) termo observatório empregado com sentido diverso ao da pesquisa (exemplo: o SUS era denominado observatório de direito universais); 2) ausência de interface com temas sociais (exemplo: observatório sobre tendências de moda e de instituições de ciência e tecnologia em cadeias agropecuárias). Importante assinalar que esse segundo critério é menos objetivo que o primeiro, o que implica uma margem de discricionariedade maior e, por conseguinte, envolve zonas cinzentas. Ao final, restaram 23 artigos aptos para a análise.

Na segunda etapa, analisamos 56 experiências de observatórios sociais, principalmente brasileiros. A construção do *corpus* analítico partiu de resultados da etapa anterior, na qual identificamos 13 observatórios nacionais. Os outros 43 casos foram prospectados pela equipe da pesquisa, contemplando contribuições de membros da academia e da sociedade civil. Os dados foram coletados principalmente nos *sites* dos observatórios, e foram depreendidos a partir de instrumentos normativos, publicações e notícias, dentre outras fontes. O processo de coleta, em determinadas situações, e em caráter complementar, requereu diálogo com integrantes dos observatórios, a exemplo do levantamento de dados sobre o Observatório das Metrópoles e do Participatório.

Um desafio encontrado nesse momento foi a inexistência de inventários sistêmicos de observatórios, dificultando a construção de uma amostra representativa do universo dessas iniciativas. A despeito dessa limitação, como nosso propósito não era obter resultados generalizáveis, mas sim mapear experiências e boas práticas, a questão não comprometeu o desenvolvimento da pesquisa. Ademais, em decorrência dessa finalidade, também incluímos casos internacionais, uma vez que esse alargamento produziu uma riqueza maior de práticas inventariadas. Enfocamos casos voltados às desigualdades (gênero, raça e classe, etc.), incluindo desigualdades políticas e de proteção/promoção da democracia e, ainda, aqueles dedicados à ação pública para seu enfrentamento (políticas públicas e gestão social). Finalmente, ao estratificar experiências, incorporamos diferentes níveis territoriais (nacional, regional, metrópole, favela, semiárido, etc.).

Com relação à distribuição temporal, a criação das 56 iniciativas estavam situadas entre 1995 e 2019, sendo que 49 delas (87,5%) estavam ativas em abril de 2020 (informações atualizadas até, pelo menos, 2019). Majoritariamente, os casos eram brasileiros (38; 68%). Os 18 casos internacionais estavam distribuídos da seguinte forma: 1) oito latino-americanos, abrangendo observatórios de instâncias supranacionais (Mercosul e Comissão Econômica para a América Latina e Caribe [Cepal]), e de países (ex., Argentina, Uruguai e México); 2) nove europeus, abarcando observatórios da Espanha, de Portugal e do Reino Unido; 3) um da ONU (GUO). A Cepal também integra a ONU, mas ela possui abrangência latino-americana e caribenha.

Para delimitar a “origem”, consideramos o pertencimento a: 1) sociedade civil; 2) universidades; 3) Estado; 4) organismos internacionais; 5) mista. No caso do Brasil, contemplamos observatórios de todas as regiões e de distintos níveis federativos. A despeito de 12 terem

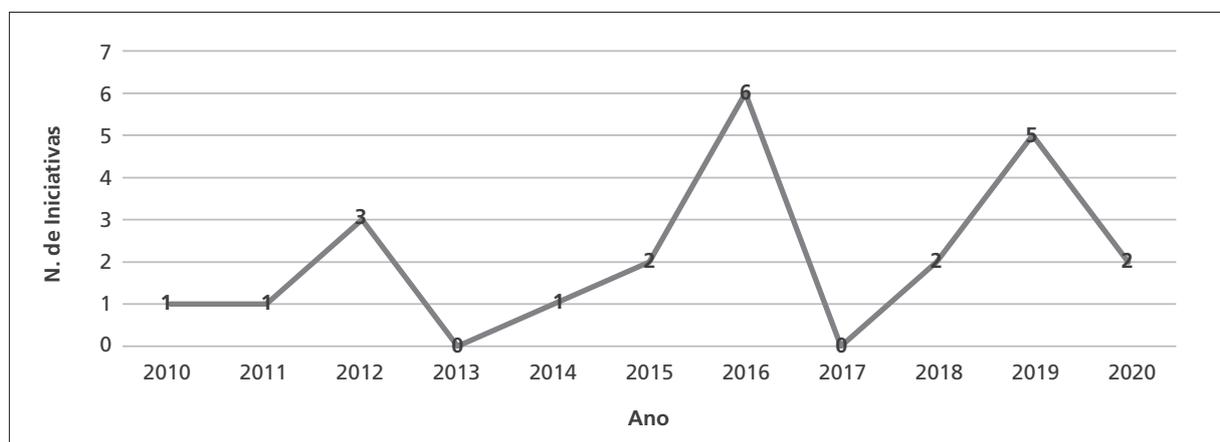
abrangência nacional, 26 enfocavam território específico, ainda que se reportassem ao nível nacional. Há casos das cinco regiões, embora parte expressiva fosse do (e sobre) Sudeste (12 casos) – o que pode ser reflexo da assimetria regional na produção do conhecimento. Seis observatórios possuíam abrangência municipal (São Paulo, Recife, Vitória e Niterói) e dois eram voltados ao desenvolvimento da Região Norte e do Semiárido nordestino.

A descrição foi organizada em dois eixos: elementos estruturais e boas práticas. Os elementos estruturais, ou estruturantes, como denominam Soares et al. (2018), abrangeram: 1) temas e tipos; 2) origem, parcerias e financiamento; 3) objetivos, resultados esperados e produtos. Denominamos “tipos” uma classificação concebida a partir dos temas (gênero, juventude, favelas) com base em interfaces que identificamos com dimensões das desigualdades. No eixo “boas práticas”, buscamos sintetizar o que tem sido realizado e de que forma, considerando a produção e circulação de informações, para instrumentalizar a participação social e o enfrentamento das desigualdades.

## CONHECIMENTO CIENTÍFICO SOBRE OBSERVATÓRIOS SOCIAIS NO BRASIL: PANORAMA GERAL

Nessa primeira etapa realizamos revisão sistemática de 23 artigos indexados ao SciELO e Spell, no período de 2010-2020. Para uma primeira aproximação, analisamos três indicadores de inspiração bibliométrica: 1) variação temporal; 2) periódicos de publicação dos artigos; 3) autoria e filiação institucional. Em seguida, verificamos os temas e a forma de abordagem dos observatórios. Iniciamos a apresentação desses dados pela variação temporal, ilustrada no Gráfico 1.

Gráfico 1. Data de publicação dos artigos revisados (2010-2020)



Não há um padrão no período analisado e, tampouco, uma tendência evolutiva na construção de conhecimento sobre o tema. Com relação aos periódicos de publicação, os artigos estão distribuídos entre 20 deles e apenas em três identificamos mais de uma publicação

(dois em cada): Cadernos Gestão Pública e Cidadania (CGPC); Revista Eletrônica de Gestão Organizacional (Gestão.Org); e Educação & Sociedade.

Em relação à autoria, três publicações têm participação de Paula Chies Schommer, dois dos quais em coautoria com Enio Luiz Spaniol e Jeferson Dahmer. A filiação institucional dos três era, à época de elaboração dos artigos, a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Os três artigos versam sobre Observatórios Sociais do Brasil (OSB). Portanto, identificamos dispersão temporal, de periódicos e de autoria, o que permite sugerir flutuações na produção intelectual no tema.

No que se refere aos temas, ainda que mediante um amplo conjunto deles (transparência, juventude, cultura, gestão social, trabalho, turismo, urbanização de favelas, etc.), sobressai o OBS, com nove artigos que enfocam a dinâmica local (Belém/PA, Sorriso/MT, Maringá/PR, Itajaí/SC) e a da rede. Entendemos que a predominância do OBS ocorre tanto em decorrência dos descritores que utilizamos, quanto pelo fato de constituir-se como caso bem-sucedido de observatório no Brasil. O Observatório das Metrôpoles, outra iniciativa consolidada, é referência em outros três trabalhos.

Finalmente, identificamos três padrões de abordagem: 1) observatórios sociais como objeto empírico (11), por meio, principalmente, de estudos de caso único (sete) ou múltiplos/comparados (dois); 2) apresentação de resultados de pesquisas realizadas pelos observatórios (três); 3) observatórios como referências para investigações (nove), que lançam mão de dados, metodologias, indicadores e conceitos produzidos por eles, ou, ainda, que acionam seus membros na qualidade de informantes/especialistas.

Em síntese, os dados sugerem um caráter difuso da pesquisa em observatórios sociais no Brasil, além da inexistência de uma agenda sistêmica de investigação. Não pretendemos, contudo, generalizar essa afirmação para todos os observatórios no país. É ilustrativo que o estudo de Paim e Santos (2018), enfocando observatórios da saúde e utilizando termos, bases, publicações e períodos distintos, tenha identificado cerca de 200 itens.

## **OBSERVATÓRIOS: UMA APROXIMAÇÃO ÀS EXPERIÊNCIAS E BOAS PRÁTICAS**

Como mencionado anteriormente, nesta segunda etapa analisamos 56 observatórios sociais, estratificados pela interface que estabelecem com temas de desigualdades. A nomenclatura foi concebida após apreciação integrada do material coletado. A análise dos observatórios envolveu dois eixos: elementos estruturais e boas práticas. Nos elementos estruturais, consideramos: 1) temas e tipos; 2) origem, parcerias e financiamento; 3) objetivos, resultados esperados e produtos. Em boas práticas, destacamos: 1) produção e difusão de informações (incluindo indicadores e metodologias de monitoramento); 2) “tradução” de informações para a linguagem popular e cidadã; 3) construção e consolidação de redes; 4) estratégias participativas de governança.

## Elementos estruturais

### Temas e tipos

A partir do agrupamento de temas, desenvolvemos uma tipologia com base na abordagem (re) produtora de desigualdades preponderante (e, portanto, não exclusiva). Emergiram cinco tipos (Quadro 1): desigualdades e políticas públicas; desigualdades sociais setoriais; desigualdades sociais transversais; desigualdades territoriais; desigualdades políticas.

Quadro 1. Estratificação dos observatórios identificados, por tipo e quantidade

TIPO (QUANTIDADE)	OBSERVATÓRIOS IDENTIFICADOS
Observatórios de desigualdades e políticas públicas (13)	Observatórios: das Desigualdades (FJP/BR); da cidadania (Social Watch/Intern.); de Políticas Públicas para a Agricultura (UFRRJ/BR); de Políticas Públicas (UFCE/BR); de Políticas Públicas (UFU); Interdisciplinar de Políticas Públicas Professor Doutor José Renato de Campos Araújo (USP/BR); das Desigualdades (PT); Inequality Watch – the European Observatory of Inequality (UK); International Observatory of Human Rights (UK); de la Desigualdad de Andalucía (ES); de la Desigualdad en Aragón (ES); de la desigualdad de la Universidad Barcelona (ES); de Políticas Públicas y Desarrollo – Flacso (ARG)
Observatórios de desigualdades sociais setoriais (13)	Observatórios: da Educação (BR); da Cultura Escolar (UFMS/BR); da Laicidade na Educação – UFF(BR); da Segurança Pública/Rede (BR); do Trabalho, incluindo o da Economia Solidária e Cooperativismo e do Mercado de Trabalho do RN/Rede do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE/BR); Realidade Organizacional (UFPE, UFSC, FGV/BR); Instituto Observatório Social (BR); de Desarrollo Social de America Latina y Caribe (CEPAL); de la Deuda Social Argentina (ARG); Social (ARG); Social (UY)
Observatórios de desigualdades sociais transversais (12)	Observatórios: da Mulher contra Violência (BR); de Igualdade de Gênero (BR); da Criança e do Adolescente (BR); da Violência contra os Povos Indígenas (BR); Participatório – Observatório da Juventude (BR); do Jovem (UFF/BR); do Racismo (BR); Observatório Nacional de Violência e Gênero (PT); de la Violencia de Género (ES); del Racismo y xenophobia (ES); de la Mortalidad Materna (MEX); de Igualdade de Gênero (CEPAL)
Observatórios de desigualdades territoriais (12)	Observatórios: das Metrôpoles/Rede (BR); da Política Nacional de Saúde Integral (BR); dos Recursos do PAC (BR); do Semiárido Nordeste (UNIFG/BR), de Recife, dos Direitos do Cidadão-SP (BR); Desenvolvimento Regional/Rede (BR); de Indicadores de Niterói (BR); ObservaSampa (BR); de Indicadores de Vitória (BR); e GUO (Intern.)
Observatórios de desigualdades políticas (6)	Observatórios: da Imprensa (BR); Social Brasil-OSB/Rede (BR); da Democracia e dos Direitos Humanos (BR); da Democracia (BR); da Formação em Gestão Social (BR); e da Democracia (Mercosul)

Nota: O país de origem, quando aplicável, está identificado pelo padrão de sigla adotado internacionalmente.

Os observatórios de desigualdades e políticas públicas tratam de temas sociais de forma abrangente. Incluem iniciativas voltadas ao monitoramento das desigualdades em sentido amplo e ao acompanhamento de políticas públicas. Há 13 observatórios no grupo (seis brasileiros e sete estrangeiros). Não identificamos uma rede de observatórios no tema que articule observatórios de desigualdades, de políticas públicas ou ambos.

Há, contudo, experiências de referência. No caso de desigualdades em geral, destacam-se: 1) no Brasil, o Observatório das Desigualdades da Fundação João Pinheiro (FJP); 2) fora do Brasil, o Observatório das Desigualdades de Portugal, o *Inequality Watch – The European Observatory of Inequality*, no Reino Unido, os *Observatorios de la Desigualdad* de Andalúcia, de Aragón e da *Universidad de Barcelona* (os três na Espanha). No Brasil, identificamos observatórios de políticas públicas nas universidades federais do Ceará (UFC) e de Uberaba (UFU) e na Universidade de São Paulo (USP). Há, ainda, um observatório de políticas públicas para agricultura na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Fora do Brasil, há o *Observatorio en Políticas Públicas y Desarrollo* da Flacso Argentina. Em comum, surgiram nas últimas duas décadas, com vínculos a universidades e atuam como laboratório de pesquisa e/ou divulgação de trabalhos acadêmicos.

O segundo tipo denominamos de desigualdades sociais setoriais. Nesse grupo, aparecem 13 iniciativas (nove brasileiras e quatro internacionais) centradas em desenvolvimento social, pobreza, educação e cultura, trabalho e seguridade social e segurança pública. Abordam, sobretudo, desigualdades por setor socioeconômico. Destaca-se a abordagem da proteção e do desenvolvimento social para garantir direitos e reduzir pobreza, como os observatórios *de la Deuda Social de la Argentina* (ODSA-UCA), *Social del Uruguay* e *del Desarrollo Social de America Latina y Caribe*, da CEPAL. No Brasil, a proteção social, em interface com o trabalho, fomentou observatórios, especialmente em decorrência de parcerias do DIEESE com órgãos governamentais. Na área educacional, destacam-se os Observatório da Educação (Ação Educativa), da Cultura Escolar e da Laicidade na Educação, os dois últimos de universidades federais.

O terceiro tipo denominamos de observatórios de desigualdades sociais transversais, com abordagens intersetoriais. Identificamos 12 observatórios (sete brasileiros e cinco internacionais) nos seguintes temas: 1) gênero e mortalidade materna – *Observatorio de Igualdad de Género de America Latina y el Caribe*, da CEPAL, no Brasil, da Igualdade de Gênero e da Mulher Contra a Violência, *de Violencia de Género* da Espanha, Nacional de Violência e Gênero de Portugal e *de Mortalidad Materna en Mexico*; 2) racismo e xenofobia – Observatório do Racismo (Brasil) e *Observatory on Racism and Xenophobia*, da Espanha; 3) população indígena e violência – Observatório da Violência Contra os Povos Indígenas (Brasil); 4) juventude – Observatório Jovem e Participatório (Brasil); 5) criança e adolescente – Observatório da criança e do adolescente (Brasil).

O quarto tipo tem interface prioritária com desigualdades territoriais e regionais, com ênfase na espacialidade. Reúne 12 observatórios (11 brasileiros e um da ONU-Habitat). Destacam-se as seguintes abordagens: 1) desenvolvimento de dada região (Observatório do

Semiárido); 2) dinâmicas urbanas com ênfase em comunidades “precarizadas” – GUO, das Metrôpoles, das Favelas; 3) municípios específicos – Observatórios de Indicadores de São Paulo, de Niterói, de Vitória, de Recife; 4) necessidades comunitárias e de povos e comunidades tradicionais – Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Floresta e Águas.

O quinto tipo abrange seis observatórios: cinco brasileiros e um do Mercosul. Nele, identificamos foco em desigualdades políticas. Trata-se de grupo heterogêneo composto, por exemplo, do Observatório da Imprensa, que atua como observador de observadores. O tipo ainda abrange a Rede de OSB, que surgiu como resposta a casos de corrupção e mau uso de dinheiro público em municípios brasileiros, e pauta-se pelo fortalecimento do papel da sociedade civil na fiscalização da gestão pública, promovendo transparência, *accountability*, controle social e cidadania fiscal (Schommer, Rocha, Spaniol, & Souza, , 2015).

Há, ainda, observatórios com nomes assemelhados e funções diferentes, como os dois Observatórios da Democracia. O primeiro, vinculado ao Mercosul, tem como missão subsidiar com dados e informações o Parlamento do Mercosul. O segundo resultou de uma parceria entre fundações de partidos progressistas brasileiros (exemplo: Partido dos Trabalhadores [PT], Partido Comunista do Brasil [PCdoB], Partido Socialismo e Liberdade [PSOL], etc.) e emergiu como resposta à fragilização das institucionalidades democráticas no País.

## Origem, parcerias e financiamento

Os dados sobre este quesito desafiam um panorama preciso, em decorrência da carência (ou falta de confiabilidade) de informações de acesso público, principalmente sobre financiamento e distinção entre instituição responsável e parceiras. O material permite, contudo, ponderações gerais.

Um primeiro grupo identificado abrange iniciativas cuja origem são instâncias ou organismos internacionais. Seus recursos são provenientes das próprias instituições internacionais que, por sua vez, são financiadas pelos Estados-membro. São exemplos: Observatórios da Democracia do Mercosul; *de la igualdad de género* e de *Desarrollo Social de AL y Caribe* da CEPAL; e GUO.

O segundo grupo abrange observatórios estatais, instituídos, em geral, pelo Poder Executivo (prefeituras, ministérios, secretarias), além de experiências no Legislativo (Observatório da mulher contra a violência, do Senado Federal). Nesse grupo, o recurso é, em regra, público, embora ocorra cooperação internacional. Dentre eles, identificamos duas recorrências: 1) não ter parceria com a sociedade civil ou academia, ou, ela é pontual, a exemplo do Observa Sampa; 2) a sociedade civil e/ou academia integra as estruturas de governança e/ou existe uma dinâmica de coprodução com esses setores. Encontram-se nesse segundo bloco tanto observatórios ativos (ex: Observatório de Indicadores de Niterói), quanto inativos (ex: Observatório Brasil da Igualdade de Gênero).

O terceiro grupo é o de observatórios com origem na sociedade civil. Nele, há iniciativas cuja principal fonte de recursos não é pública, privilegiando financiamento privado – doações individuais, empresariais e projetos com fundações privadas. É o caso do *International Observatory of Human Rights* e os Observatório das Favelas, da Imprensa e o já mencionado OSB. Um caso

peculiar nesse grupo é o Observatório da Democracia, que reúne fundações de sete partidos e é financiado pelo Fundo Partidário.

Originados na sociedade civil, há ainda aqueles que assumem natureza mista, por meio de cooperações com universidades e governos. É o caso dos observatórios voltados ao mundo do trabalho, do DIEESE. Eles se estruturam em rede de observatórios, em parceria com governos municipais, estaduais e federal. Congrega tanto iniciativas “territorializadas”, como o Observatório do Mercado de Trabalho do Rio Grande do Norte, quanto temáticas, como o Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo (atualmente inativo).

O quarto grupo tem origem em universidades. Em geral, são financiados com recursos da própria instituição ou órgãos de fomento (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [Capes] e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico [CNPq], principalmente). Há, contudo, casos de parcerias com órgãos governamentais e de cooperação internacional, como o *Observatorio de la Deuda Social Argentina* e o Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Em ambos há parcerias com instituições públicas e privadas, inclusive internacionais. Nesse grupo, há nítida relação com a sociedade civil ou o governo, a exemplo do já citado Observatório das Metrôpoles. Há, contudo, unidades que se assemelham a laboratórios e divulgam produção de grupo de pesquisa, a exemplo do *Observatorio en Políticas Públicas y Desarrollo* (Flacso) e o de Cultura Escolar.

Para ilustrar esse quarto grupo, realizamos uma busca no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP/CNPq), apresentada no Quadro 2.

Quadro 2. Observatórios Cadastrados no Diretório de Grupo de Pesquisas (Base corrente CNPq – jan./2021)

DESCRITOR: OBSERVATÓRIO SOCIAL			
FILTRO*	SITUAÇÃO**		EXEMPLOS
	TODAS	ATUALIZADA	
Grupo (nome)	14	10	Observatório Social da Juventude (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia [UFRB]) / Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: Gênero, Política e Poder (Universidade Federal do Amazonas [UFAM])
Grupo/Linha de Pesquisa (nome)	18	14	

Fonte: baseado em pesquisa realizada em 20 de março de 2021, na base CNPq (2021), disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/>

Notas: \*Há dez possibilidades de filtros, incluindo os que utilizamos (ex: palavra-chave, repercussão, líder, etc.) / \*\*Há duas situações: certificados e não atualizados.

Na pesquisa realizada, identificamos um número pequeno, mas variado, de grupos de pesquisa que utilizam observatório social como nome ou linha de pesquisa. Importante notar, contudo, que, quando utilizamos apenas observatório como descritor, obtivemos um notável

quantitativo: 346 (nome do grupo) e 425 (linha de pesquisa), considerando todas as situações. Para dados atualizados os resultados são, respectivamente, 288 e 352 itens. É importante observar, ainda, que não necessariamente todos os observatórios universitários estão registrados como grupos de pesquisa, vez que podem ser classificados como projetos ou programas de extensão, dentre outras hipóteses.

## Objetivos, resultados esperados e produtos

Os observatórios atuam prioritariamente na produção e difusão de dados, informações e conhecimento. Dedicam-se, também, a sistematizar dados e estatísticas com uso de indicadores (a exemplo do *Social Watch* e da Rede de Observatórios de Segurança Pública). Aparecem associados ao monitoramento e à avaliação de políticas públicas e a planos governamentais – a exemplo dos observatórios dos municípios e das Favelas. Há, ainda, uso de dados para acompanhamento de ocorrência de violência e violação de direitos, como no caso do Observatório da Violência Contra os Povos Indígenas e do *International Observatory of Human Rights*. Outros enfocam informação sobre e para a comunicação e mídia, a exemplo dos Observatório da Imprensa e da Educação, respectivamente.

Os resultados esperados com observatórios são, principalmente: 1) fomento a debates e reflexão sobre determinados temas, como os Observatórios da Juventude e da Laicidade na Educação; 2) garantia do cumprimento de objetivos internacionais como no caso do *Observatorio de la Deuda Social Argentina*; 3) ações diretas de enfrentamento a demandas específicas como os Observatórios do Racismo e da Formação em Gestão Social; 4) apoio técnico a organizações da sociedade civil, incluindo partidos e sindicatos e governos; 5) mudança no curso de políticas públicas, a exemplo dos Observatório dos Direitos do Cidadão (São Paulo) e do *Mortalidad Materna en Mexico*.

Em relação aos produtos, destacam-se: 1) repositórios/bibliotecas, reunindo legislação, livros, dossiês, artigos, teses e dissertações, *working papers* e materiais audiovisuais; 2) plataformas digitais para acessar dados, e, em alguns casos, em coprodução por diferentes setores (governos, academia e sociedade civil); 3) boletins, informes, revistas e relatórios produzidos pelo próprio observatório; 4) bases estatísticas, indicadores e dados georreferenciados, divulgados em plataformas ou boletins, relatórios; 5) glossários e metadados de indicadores, explicando conceitos e formas de cálculo de indicadores; 6) banco de boas práticas e concursos; 7) construção de conceitos, metodologias de monitoramento de direitos e políticas e de novos indicadores e índices; 8) eventos, como *workshops*, conferências, painéis e cursos organizados pelo próprio observatório; 9) *clipping* e outros tipos de resumos de *mídia sobre* dado tema.

## Boas práticas

A apreciação realizada permite destacar boas práticas no conjunto dos observatórios analisados. Primeiramente, identificamos a produção e difusão de informações para qualificar debates públicos e promover transparência, com destaque para o monitoramento de indicadores e

de legislação, exercício da cidadania, realização de pesquisa e formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

Aparecem em destaque, também, o acompanhamento de atividades da mídia, como o Observatório da Imprensa, e o uso de *clipping* e *newsletter* (como faz o Observatório de Política Pública de Agricultura). O Observatório da Educação mantém um banco de fontes e documentos específicos sobre o tema para a imprensa e, ainda, sugere pautas. Há, ainda, observatórios cujas informações apoiam determinadas organizações da sociedade civil, inclusive partidos e sindicatos, como o Observatório da Democracia e o Instituto Observatório Social, respectivamente. Outros concebem indicadores e metodologias de monitoramento e conceitos para parametrizar debates *públicos*, a exemplo do Observatório das Metrôpoles que apura o *índice de Bem-Estar Urbano* – IBEU e o OSB com metodologia de monitoramento de compras públicas.

O segundo conjunto de boas práticas remete à “tradução” de informações, valorizando a linguagem popular e cidadã. Para isso, são mobilizadas interfaces amigáveis e interativas de plataformas virtuais, glossários, mapas ilustrados, painéis de indicadores “customizáveis”, uso de materiais audiovisuais (vídeos, podcasts), publicações de diferentes formatos, para diferentes públicos (relatórios detalhados e relatórios sintéticos). São exemplos neste quesito os dois observatórios da Democracia e o Observatório Jovem e Participatório. Também merecem destaque os mapas do IBEU (Observatório das Metrôpoles), a Cartografia dos Ataques Contra Indígenas (Observatório da Violência contra os Povos Indígenas) e o georreferenciamento do Observatório do Semiárido.

O terceiro conjunto de boas práticas remete à construção e consolidação de redes, físicas ou digitais, de observatórios ou entre eles e outras organizações e pessoas, o que inclui estratégias participativas de governança. Plataformas digitais interativas contribuem para a realização de eventos, painéis, curso e encontros, como no caso do Participatório. Viabilizam, assim, que pessoas e organizações estejam mobilizadas e engajadas em torno do tema de interesse. No Brasil, destacam-se, nesse quesito, a Rede de OSB e o Observatório das Metrôpoles, além dos observatórios de Segurança Pública e do Trabalho (DIEESE). Em nível internacional o *Social Watch* desponta como rede ampla de organizações de diversos países. As origens mistas e parcerias amplas permitem que as informações produzidas atendam a necessidades de quem atua em determinada arena pública.

As estratégias participativas de governança, quarta classe de boas práticas que identificamos, revelam atuação em redes e demandam desenhos complexos, a exemplo do Observatório da Metrópole que possui comitê gestor e núcleos territorializados. Ou, ainda, o *Social Watch*, que possui grupos de trabalho, assembleia e coalizões nacionais. Em nível governamental, destacamos a experiência do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (inativo), cujo colegiado deliberativo, então presidido pela ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), contava com assentos para representantes da sociedade civil, provenientes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Nesses casos, não só os observatórios instrumentalizam a participação social, como também se tornam mecanismos para esse fim ao garantir participação social neles próprios.

A seguir, apresentamos uma síntese da segunda etapa da pesquisa (Quadro 3).

Quadro 3. Elementos estruturais e boas práticas dos observatórios sociais: principais resultados

Origem, parcerias e financiamento	Organismos internacionais Órgãos governamentais/Estado (com ou sem parcerias com a sociedade civil ou academia) Universidades (públicas ou privadas) Sociedade civil (incluindo arranjos mistos)
Tipos e temas	Desigualdades e políticas públicas Desigualdades sociais setoriais Desigualdades sociais transversais Desigualdades territoriais Desigualdades políticas
Objetivos, resultados esperados e produtos	Produção e difusão de dados, informações e conhecimento Sistematização de dados e estatísticas, especialmente por meio de indicadores Acompanhamento de políticas públicas e de violação de direitos Informação sobre e para a comunicação e mídia Promoção do debate e reflexão Garantia do cumprimento de objetivos internacionais Criação de ações diretas de enfrentamento ao problema ao qual se dedica Apoio técnico a organizações da sociedade civil, incluindo partidos e sindicatos e governos Mudança no curso de políticas públicas
Boas práticas	Produção e difusão de informações “Tradução” de informações para a linguagem popular e cidadã Construção/consolidação de redes, físicas ou digitais Estratégias participativas de governança

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi sintetizar resultados de pesquisa exploratória e descritiva sobre observatórios sociais, realizada para subsidiar a criação de observatório de desigualdades em uma universidade brasileira. A pesquisa foi realizada em duas etapas. Na primeira, desenvolvemos revisão sistemática de 23 artigos brasileiros, disponibilizados no SciELO e Spell (2010-2020). Nela, identificamos, em uma primeira aproximação, ausência ou incipiência de agenda de pesquisa sobre observatórios sociais no Brasil.

Na segunda etapa, a partir do exame de 56 observatórios, descrevemos elementos estruturais das iniciativas (temas e tipos, origem, parcerias e financiamento, objetivos, resultados esperados e produtos), considerando cinco tipos: 1) Desigualdades e Políticas Públicas; 2) Desigualdade Sociais Setoriais; 3) Desigualdades Sociais Transversais; 4) Desigualdades Territoriais; 5) Desigualdades Políticas. Na sequência, catalogamos quatro conjuntos de boas práticas: 1)

produção e difusão de informações para qualificar debates públicos e promover transparência; 2) “tradução” de informações, valorizando a linguagem popular e cidadã; 3) construção e consolidação de redes (físicas ou digitais); 4) estratégias participativas de governança.

Os resultados revelam como interesse central dos observatórios (e como fonte de boas práticas) a produção de conhecimento aliada à circulação de informações, esperando que, a partir delas, advenham ações de transformação social. Para isso, a linguagem deve ser adequada ao debate público, incluindo a “tradução” (esforços de mediações entre sujeitos e conteúdo, para retroalimentar debates qualificados). Há, ainda, boas práticas de articulação, que reforçam os dois quesitos anteriores: interesse de atuação em redes e governança democrática. As redes surgem tanto entre observatórios, quanto deles com outras organizações. Já a governança democrática valoriza a coprodução, congregando diferentes setores sociais.

Nas discussões sobre sistema de informação e tecnologia, ganham importância a preocupação com a usabilidade, ou seja, o propósito de facilitar a utilização de ferramentas, tornando-as úteis e funcionais. Se pensarmos a informação como instrumental ao exercício democrático, os observatórios podem contribuir para ampliar a usabilidade, por meio das mencionadas atividades de produção, difusão e “tradução” de conhecimentos, além de estratégias de atuação em rede e com arquiteturas de governanças democráticas valorizadoras da coprodução. O deslocamento do formato “laboratórios de pesquisas” para “mecanismos de participação e controle social” é passo importante nesse sentido.

Em síntese, a pesquisa das experiências concretas confirma o que a literatura destaca a respeito dos observatórios sociais: buscam atuar como instrumentos que favorecem a participação e o controle social independentemente de origem, parcerias, tipos, temas e objetivos.

É necessário mencionar algumas limitações desta pesquisa. Destacamos: 1) impossibilidade de detalhamento dos dados sobre fontes de financiamento, origem, parcerias e estratégias de governança, em decorrência da inexistência de base de dados com informações sistematizadas (informações que, quando disponíveis, estão frequentemente incompletas ou desatualizadas); 2) *corpus* analisado na primeira etapa limitado a artigos científicos nacionais, não incluindo produções internacionais e nem livros, comunicações em eventos, revistas e outras mídias não científicas; 3) não aprofundamento da análise de experiências de observatórios internacionais, o que restringe a possibilidade de conjecturar a respeito da experiência brasileira em perspectiva comparativa internacional.

Como contribuição geral do artigo, entendemos que o esforço realizado subsidia tanto o propósito de síntese do conhecimento sobre observatórios sociais, quanto sobre temas nacionais de interesse em desigualdades.

A partir da análise realizadas e dos desafios encontrados, sugerimos que pesquisas futuras considerem possibilidades como: 1) construção de banco de dados sobre experiências de observatórios/observatórios sociais, nacionais e internacionais; 2) realização de pesquisas comparadas, tanto entre países quanto entre regiões do Brasil, podendo, ainda, envolver outras classificações que abordamos no artigo (tipos e temas, origem e financiamento); 3) mapeamento da literatura nacional e internacional por meio de revisão bibliométrica e sistemática sobre

observatório/observatório social; 4) análises sistêmicas sobre grupos registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (CNPq, 2021), considerando múltiplas variáveis (áreas de conhecimento, ênfases, abrangência, linhas de pesquisa); 5) desenvolvimento de classificações e tipologias para sistematizações criteriosas das experiências de observatórios no Brasil e no mundo.

Tais pesquisas podem contribuir não apenas para avanços na compreensão dos observatórios, enquanto objeto de pesquisa, incluindo aspectos teórico-metodológicos, mas também podem ter efeitos aplicados, estimulando a criação e difusão de observatórios. Além disso, elas podem subsidiar estratégias de divulgação de informações sobre desigualdades, uma vez que a produção e a difusão de conhecimento são centrais ao enfrentamento desse problema público. É, pois, com o intuito de contribuir para tais avanços, que compartilhamos neste artigo os resultados do nosso exercício exploratório e descritivo.

## REFERÊNCIAS

- Abers, R., Serafim, L. & Tatagiba, L. (2014). Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: A experiência na Era Lula. *Dados*, 57(2), 325-357. doi: 10.1590/0011-5258201411
- Aguiar, S. (1999). Observatório da cidadania: Monitorando as políticas públicas em âmbito global. *Ciência da Informação*, 28(2), 139-145. doi: 10.1590/S0100-19651999000200006
- Avritzer, L. (2012). *Conferências Nacionais: Ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil* (Texto para Discussão – 1739), IPEA.
- Beuttenmuller, G. (2007). *Observatórios locais de políticas públicas no Brasil: in seu papel na produção, disseminação e transparência das informações* (Dissertação de Mestrado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil.
- Cohn, A. (2003). Estado e sociedade e as reconfigurações do direito à saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8(1), 09-18. doi: 10.1590/S1413-81232003000100002
- Dagnino, E. (2004) ¿Sociedade civil, participação e cidadania: De que estamos falando?” In D., Mato, *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización* (pp. 95-110). FACES - Universidad Central de Venezuela. doi: 20120723055520
- Dias, T. F., Sano, H., & Medeiros, M. F. M. (2019). *Inovação e tecnologia da comunicação e informação na administração pública*. Enap.
- Farah, M. F. S. (2000). Governo local, políticas públicas e novas formas de gestão pública no Brasil. *Organização & Sociedade*. 7(17), 59-86. doi:0.1590/1984-92302000000100005
- Madsen, N., & Rezende, M. (2010) Observatórios de gênero na América Latina: Uma análise comparada – os casos do Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe e do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. (Edição Especial), 120-130. SPM

- Paim, M. C., & Santos, M. L. R. (2018). Estado da arte dos observatórios em saúde: Narrativas sobre análises de políticas e sistemas. *Saúde debate*, 42(spe2), 361-376. doi: 10.1590/0103-11042018s225
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2013). *Informe Regional de Desarrollo Humano (2013-2014) - Seguridad Ciudadana con Rostro Humano: diagnóstico y propuestas para América Latina*. Panamá.
- Queiroz, L. D. (2017). *Observatório social do Brasil: Instrumento de controle social da gestão pública*. 2017 (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil. doi: 10.14393/ufu.di.2017.413.
- Sager, I., & Bossi, A. (2017). Observatórios Sociais – o poder do cidadão. In: *Anais, II Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa no Campo de Públicas (ENEPCP) – Democracia e Direitos: Dimensões das Políticas Públicas e Sociais*. ENEPCP.
- Sampaio, R.F., & Mancini, M.C. (2007). Estudos de revisão sistemática: Um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Brazilian Journal of Physical Therapy*, 11(1), 83-89. doi: 10.1590/S1413-35552007000100013
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, P. B. (2006). *Metodologia de Pesquisa*. 3a. ed. McGraw-Hill.
- Schommer, P. C., Rocha, A.C., Spaniol, E.L., & Souza, A. D. de (2015). Accountability and co-production of information and control: Social observatories and their relationship with government agencies. *Revista de Administração Pública*, 49(6),1375-1400. doi: 10.1590/0034-7612115166
- Siqueira, C. E., & Carvalho, F. (2003). The Observatory of the Américas as a network in environmental and worker health in the Americas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8(4), 897-902. doi: 10.1590/S1413-81232003000400012
- Soares, L. C., Ferneda, E., & Prado, H. A. (2018). Observatórios: Um levantamento do estado do conhecimento. *Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends*, 12(3), 86-11. doi: 10.36311/1981-1640.2018.v12n3.08.p86
- Souza, F. J. B., & Silva, S. A. M. (2017). Orçamento participativo: Mais qualidade da democracia? *Organização & Sociedade*, 24(81) 195-215. doi: 10.1590/1984-9230811